

POLÍTICA DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: A EXPERIÊNCIA DA ÁFRICA DO SUL

Danielle de Almeida Mota Soares¹

Mestranda em Economia (UNESP)

danielle_mota@hotmail.com

Mário Augusto Bertella²

Doutor Docente do Departamento de Economia (UNESP)

Resumo

A África do Sul, assim como outros países periféricos, optou pela política de substituição de importações, que ocorreu concomitante ao regime de apartheid. O presente estudo tem como objetivo pontuar os principais acontecimentos relativos a política de substituição de importações nas décadas de 1950 a 1980, demonstrando os principais resultados e dificuldades do período. Conclui-se que houve crescimento econômico e industrial durante o período e o instrumento mais utilizado no período foi quantidades restritivas. Além disso, o apartheid, forneceu mão de obra barata no início da industrialização, mas posteriormente, potencializou os problemas comuns nos estágios mais sofisticados industrialização por substituição de importações, limitando a oferta de mão de obra qualificada e o crescimento do mercado interno.

Palavras-chave: industrialização, política de substituição de importações, África do Sul, apartheid, proteção econômica.

Abstract

South Africa, as well as other peripheral countries, opted for the policy of import substitution, which occurred concurrently with the apartheid regime. The present study aims to highlight the main events related to import substitution policy in the 1950s and 1980s, demonstrating the main results and difficulties of the period. It was concluded that there was economic and industrial growth during the period and the most used instrument in the period was restrictive quantities. In addition, apartheid provided cheap labor at the beginning of industrialization, but later it potentiated the common problems at the more sophisticated stages of industrialization by import substitution, limiting the supply of skilled labor and the growth of the domestic market.

Keywords: industrialization, import substitution policy, South Africa, apartheid, economic protection.

¹ Economista e Mestranda em Economia na UNESP de Araraquara. e-mail: danielle_mota@hotmail.com

² Professor Dr. do Departamento de Economia da Unesp. Endereço eletrônico: mabertella@fclar.unesp.br



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

1. Introdução

A África do Sul, assim como diversos países periféricos da América Latina e Ásia, aderiu, nos anos 1950, políticas de substituição de importações para promover seu desenvolvimento industrial. No entanto, como grande contrariedade, este desenvolvimento se deu sob um regime de segregação racial bárbaro, o apartheid.

No período da Primeira Guerra Mundial, a África do Sul passa pelo processo de substituição de importações espontâneo, e nos períodos entre guerras e da Segunda Guerra Mundial, executa as primeiras iniciativas embrionárias para o desenvolvimento industrial, criando estatais como a *Electricity Supply Commission* (ESCOM), em 1923, e a *South African Iron and Steel Corporation* (ISCOR), em 1928; órgãos com propósito de auxiliar o crescimento industrial, com destaque para o *Industrial Development Corporation* (IDC) e uma tarifa de com efeito moderado de proteção, a tarifa de 1925.

Estas iniciativas, que tiveram como um dos motivos, empregar a população africâner (conhecidos como “brancos pobres”, de origem holandesa) empobrecida desde a colonização inglesa, além de diversificar a economia (dependente da mineração), formaram uma conjuntura benigna para a aplicação de políticas de substituição de importação mais elaboradas e com maiores resultados, como veremos no tópico 2, mesmo sob decisões político-sociais atrasadas.

2. A política de substituição de importações da África do Sul

Em 1948, pela primeira vez o Partido Nacional subiu ao poder. Marcado pelo nacionalismo africâner, optou por decisões que afetaram a África do Sul na política, na economia e nas relações internacionais. O resultado mais conhecido da ascensão do Partido Nacional é o acirramento da segregação racial que ficou conhecido como apartheid.

O período pré-1948 foi marcado pela segregação racial. A partir de 1948, cria-se um aparato de leis (novas ou reformuladas) e instituições para oprimir a população não branca e impedir qualquer vislumbre futuro de desenvolvimento para esta população. Alguns exemplos são: o *Mixed Marriages Act* (1949), proibindo o casamento entre brancos e não brancos; o *Immorality Act* (1927, 1950 e 1957), que considerava imoral a relação de branco com não branco; o *Population Registration Act* (1950), responsável



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

pela classificação “racial” da população, que assim pôde classificar famílias “inter-raciais”; o *Separate Amenities Act* (1953), que segregava brancos e não brancos no cotidiano, em sanitários, estádios, instalações públicas, hospitais, praias, transportes públicos, bancos, lojas, cafés, parques e teatros; o *The Liquor Act* (1928, revisado 1977), que proibia a venda de bebidas alcoólicas para não brancos sem uma licença no mesmo estabelecimento que brancos; conhecida popularmente como *The Pass Laws*, (1952) implicava que os negros carregassem um passe todo o tempo; o *Bantu Education Act* (1953) separava a educação de negros, brancos, asiáticos e de outras “raças” e o *Industrial Conciliation Act* (1956) permitia que o Ministério do Trabalho decidisse quais trabalhos eram permitidos a cada grupo para não estimular a concorrência entre as “raças”. Estas medidas mostram a extensão que essa segregação conseguiu atingir.

Outra medida relevante foi uma lei que nos lembra a Lei de Terras, de 1913. Os negros foram agrupados em oito (posteriormente dez) territórios sob a tutela de um conjunto de autoridades bantus, cujas terras ficaram conhecidas como pátrias ou bantustões. A alguns bantustões foi concedida a independência a partir de 1971, apesar de tal soberania nunca ter sido reconhecida por nenhum país além da África do Sul.

Os arquitetos do apartheid usavam os bantustões para justificar o regime de segregação com a teoria do multinacionalismo, que dividia a população em nações étnicas, cada uma com sua própria pátria e perspectiva de independência para estimular o “desenvolvimento separado”³.

Diante de tantas medidas consideradas retrógradas para o mundo pós-guerra, o mesmo nacionalismo africâner que trouxe o apartheid optou pelo estímulo à industrialização, num regime de política de substituição de importações, incluindo subsídios a grandes obras e tentativas de desenvolvimento de tecnologia. Na África do Sul, era presente a dicotomia entre a modernização trazida pela industrialização e o sistema de segregação racial.

A seguir, vamos mostrar como se deu a industrialização da África do Sul, separada por décadas e pontuando os maiores eventos de cada uma.

Anos 1950

Este é um período próspero na economia mundial. Toda a demanda comeditada

³ Ver: <http://www.gov.za/node/68#Apartheid>



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

durante o período de guerra é acumulada e se traduz em um *boom* econômico no mundo. Na África do Sul não é diferente. O controle de importações concomitante à exploração de novos campos de ouro no Transvaal e Estado Livre do Orange proporciona grande crescimento e desenvolvimento industrial ao país.

A década é marcada pela intervenção estatal com os objetivos de fazer com que as leis relativas ao apartheid fossem cumpridas, livrar-se da influência inglesa, que ainda persistia no país, e se industrializar. Para este último, seguiu uma política de substituições de importações baseada em restrições quantitativas (quotas), sobretaxas às importações e direitos aduaneiros que, apesar de dar ênfase às restrições quantitativas, resultava em um sistema de proteção complexo (FALLON & SILVA, 1994).

O objetivo da política de substituições durante esse período era claro, como expresso por Fallon e Silva: “A ênfase geral foi a garantia de ‘proteção moderada e seletiva’ para as empresas que forneciam uma parcela ‘substancial’ no mercado interno contra as importações ‘com preços normais’” (FALLON & SILVA, 1994, p.80, tradução nossa), ou seja, proteger as empresas locais com objetivo industrializante.

O comprometimento da África do Sul, com este objetivo, é expresso pela necessidade de liberdade para elaborar suas tarifas e alterá-las no momento que fosse conveniente, traduzida pela Lei 29 de 1948 de comércio internacional. Nesta, o governo sul-africano aprova o acordo geral de tarifas estabelecido pela Commonwealth. No entanto, o mesmo documento inclui uma cláusula na qual o Governador-Geral pode suspender a tarifa, caso um dos países envolvidos no acordo na concessão e benefício da tarifa não aceite o acordo.

Além disso, para alcançar tal objetivo, o governo sul-africano tomou outras iniciativas, como a criação de estatais e passou a oferecer diversos subsídios para empresas públicas e privadas.

As empresas estatais tinham o intuito de atuarem em áreas estratégicas. Todas elas foram compradas ou criadas por meio de investimentos da *Industrial Development Corporation* (IDC). Entre elas estão a *South African Marine Corporation* (SAFMARINE), empresa de navegação fundada em 1946, com o controle acionário comprado pela IDC em 1959; a FOSKOR, empresa produtora de fosfato e ácido fosfórico, fundada em 1951 através de um empréstimo de um milhão de libras esterlinas da IDC; *South African Coal, Oil and Gas Corporation* (SASOL), empresa de produtos químicos e carvão sintético, fundada depois de uma emenda à Lei de 1940 (Lei 40 de



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

1951) permitindo à IDC financiar e estabelecer as operações de óleo e carvão.

O destaque vai para a SASOL que, em conjunto com a ESCOM, eram responsáveis pelo fornecimento de energia no contexto de expansão industrial e populacional. Apesar da África do Sul possuir hidrelétricas e reservas de urânio⁴, essas fontes de energia não eram suficientes para atender a demanda de energia, tornando o carvão a fonte base da industrialização sul-africana.

No setor privado, a partir de 1948 foram concedidas licenças de importação. O controle também era feito por taxas de importação. Já os investimentos eram feitos na forma de subsídios às empresas, baixas taxas de juros, descontos ou isenções na energia elétrica e outras subvenções fiscais.

O setor de destaque que recebeu licenças de importação foi o automobilístico. Apesar da Ford ter instalado sua planta na África do Sul em 1924, a General Motors em 1926 e logo depois as alemãs, Mercedes, BMW e Volkswagen, nesta época eram apenas montadoras que tinham o objetivo de suprir a demanda local (NORDAS, 2001). A partir de 1948, o setor recebe licenças de importação e investimentos, liderados pelas empresas britânicas Morris e Austin (NATRASS E SEEKINGS 2011), e a partir dos 1960, como veremos no tópico a seguir, o setor automobilístico é alvo de um novo programa do governo para crescer e aumentar sua demanda.

Anos 1960 e 1970

Os anos 1960 são iniciados com a transformação da África do Sul em uma república (1961). Porém, a recente república preferiu continuar com o apartheid, apesar das condenações internacionais ao regime. O setor econômico, é caracterizado por uma nova “onda” de investimentos e controles de importação (NATRASS & SEEKINGS 2011). Esse novo período, que representa o auge da política de substituição de importações na África do Sul, é norteado por alguns argumentos para justificar esta estratégia. O primeiro argumento era que o crescimento econômico adquirido pelas indústrias proporcionaria a criação de empregos adequados para todas as “raças”. A outra justificativa seria o aumento do nível de vida e, por fim, o terceiro argumento era promover estabilidade e crescimento em todas as áreas da economia.

Existem argumentos mais específicos para as intervenções, como a diversificação

⁴ Por isso, o país fazia parte de pesquisas relacionadas à energia nuclear.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

econômica. Neste caso, era esperado como resultado a menor dependência do ouro para manter a balança de pagamentos saudável. Além disso, era usada a justificativa de atender as necessidades dos trabalhadores negros, tirando-os das condições precárias da mineração e alocando-os no setor industrial. Um exemplo é o impulso público à indústria têxtil que nos anos 1960 absorvia mão de obra negra. Outro argumento específico é o fortalecimento das relações entre indústrias nacionais, este diretamente ligado às intervenções na indústria automobilística (MARAIS, 1981).

No setor automobilístico, são feitos seis programas em conjunto com tarifas de proteção, almejando aumentar a produção local de automóveis e dos componentes que o formavam, semelhante ao modelo adotado pelo Brasil (BARNES, 2000). O efeito destas tarifas de proteção era de mais de 100%, induzindo algumas empresas estrangeiras exportarem peças automobilísticas; foram montados também consórcios entre a IDC e uma empresa alemã: a IDC montou uma fábrica de motores e a empresa alemã forneceu a tecnologia (NORDAS, 2001). Algumas das empresas contempladas foram a British Leyland, a Renault, a Chrysler, a Nissan e a Volkswagen (NATRASS E SEEKINGS, 2011).

Outro exemplo de proteção foi o setor de papel por meio da *South African Pulp and Paper Industries* (SAPPI). Esta empresa exigiu um investimento maciço de capital proveniente de uma das casas de mineração para se estabelecer. Além disso, foram concedidas licenças até que a SAPPI suprisse toda a demanda local (NATRASS E SEEKINGS 2011, p. 547).

A Anglo American, que iniciou sua expansão além do ouro e diamantes antes de 1948 durante o apartheid, prosseguiu com a expansão criando a *Highveld Steel*, empresa de aço para rivalizar com a ISCOR, e assumiu a *Scaw Metals*. Note-se a presença de seis conglomerados durante o desenvolvimento industrial sul-africano: Anglo American, SANLAM e Rembrandt, em parceria com as seguradoras S.A. Mutual, Liberty Life e Anglovaal (NATRASS E SEEKINGS, 2011).

O resultado dessas iniciativas em conjunto com um cenário internacional benigno foi um aumento do PIB, como podemos ver na tabela 3. O peso das importações em relação ao PIB se manteve relativamente estável na década, oscilando entre 21% e 28%. Já as exportações tiveram uma diminuição da metade para o final da década. Esta queda parece ter contribuído para uma queda no crescimento do PIB. Além disso, houve uma retração no desenvolvimento de novas minas e uma seca que afetou diretamente o setor



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

agrícola. Enquanto isso, a porcentagem do setor industrial em relação ao PIB se manteve no mesmo patamar, com pequenas oscilações entre 38% e 40%.

Tabela 1: PIB, porcentagem e US\$ correntes; importações e exportações, porcentagem do PIB e indústria e agricultura, valor adicionado, porcentagem do PIB (1960-1979)

Ano	PIB (% anual)	PIB (US\$ correntes em bilhões)	Importação de bens e serviços (% PIB)	Exportação de bens e serviços (% PIB)	Indústria, valor adicionado (% PIB)	Agricultura, valor adicionado (% PIB)
1960		7.363	25,3	30,6	37,8	11,2
1961	3,8	7.742	22,0	30,7	38,0	11,5
1962	6,2	8.269	21,3	30,5	37,9	11,1
1963	7,4	9.174	23,8	29,5	38,0	10,9
1964	7,9	10.071	26,3	28,4	39,1	9,5
1965	8,9	11.002	27,6	26,5	39,8	9,2
1966	4,4	11.994	23,8	26,0	39,3	9,5
1967	7,2	13.382	24,9	25,3	37,5	10,4
1968	4,2	14.475	22,9	26,0	37,7	8,8
1969	4,7	16.315	23,1	23,7	38,3	8,3
1970	5,2	17.907	25,3	21,8	38,2	7,2
1971	4,3	19.765	26,1	21,9	36,5	7,8
1972	1,7	20.703	22,8	25,3	37,7	7,6
1973	4,6	28.443	22,8	25,4	39,7	7,2
1974	6,1	35.727	28,5	28,0	40,4	8,7
1975	1,7	36.947	30,2	27,7	41,2	7,7
1976	2,2	35.473	29,0	27,7	41,6	6,7
1977	-0,1	39.398	25,2	30,2	40,7	7,1
1978	3,0	45.326	25,6	32,4	42,5	6,7
1979	3,8	55.938	25,8	35,2	45,6	6,0
Média	4,6	21.371	25,1	27,6	39,4	8,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Apesar das dificuldades sazonais internas, os anos 1960 foram um período de grande crescimento econômico mundial e a África do Sul internalizou parte desse crescimento, o qual promoveu mudança no apartheid. Este último pode ser dividido em três fases. A primeira, nos anos 1950, que representa uma época de adaptação e cautela, por ser um período de introdução de suas políticas. Nos anos 1960, reside a dicotomia de um período mais rígido e de afrouxamento. A terceira fase, nos anos 1970, configura o início da crise do apartheid. A dicotomia dos anos 1960 consiste na forte repressão política por um lado, e no afrouxamento da absorção de mão de obra negra por outro, que por sua vez era necessária diante do crescimento econômico sul-africano, mesmo que com salários e cargos baixos.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

Os anos 1970 são o início de uma crise tanto econômica como político-social⁵. A crise econômica também teve influência da incerteza política interna, mas outros fatores foram cruciais: o baixo preço do ouro e a crise do petróleo, com a disparada dos preços pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Na tabela 3, pode-se ver uma diminuição no crescimento econômico, a ponto de ser negativo (-0,1%) em 1977. A produção agrícola expande a níveis menores. A mineração acompanha a desaceleração da economia atingindo menores taxas de crescimento. Em contrapartida, houve um aumento nas taxas de crescimento dos bens de capital, impulsionados pela construção de dois novos portos e a expansão do processo de conteneurização, guiadas pela SAFMARINE e pelo aumento na produção militar do país (MARAIS, 1981). A porcentagem de importações em relação ao PIB tem uma contração em conjunto com uma pequena expansão das exportações e da indústria (ambos como % do PIB).

A primeira reação do governo sul-africano foi uma mudança na política de substituição de importações. Em 1972, inicia-se a alteração no perfil da proteção. As restrições quantitativas, até então dominantes, foram gradualmente substituídas por tarifas. Em outra frente, o governo introduz um tímido programa de incentivo às exportações, chamado “*Export Development of Protection Assistance*”. O programa incluía subsídios fiscais para despesas de comercialização voltadas para a exportação. Tal esforço sul-africano voltado às exportações não teve o resultado esperado e o sistema de proteção reforçou o resultado de ser mais lucrativo produzir para o mercado interno do que exportar (FALLON & SILVA, 1994, p. 80), mas é um marco importante que mostra a postura sul-africana ao adotar um sistema de incentivos às importações e exportações concomitantes.

A outra reação da África do Sul diante desse cenário é um reforço no investimento em áreas estratégicas, principalmente nas relacionadas à energia. No início dos anos 1970, o país expande suas linhas de transmissão para uma rede nacional, economizando em custos e com ganhos nas economias de escala. A principal fonte de energia era o carvão. Entretanto, a expansão alcança outras fontes energéticas e, em 1972, é inaugurada a central nuclear de Koeberg.

A mesma rede nacional que significava um avanço na tecnologia, distribuição e

⁵ A qual será tratada na seção 2.5.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

energia na África do Sul, é um dos motivos que contribuiu para o desgaste da imagem das estatais perante a população. Em 1975, por causa de uma falha em um componente, o país inteiro ficou sem energia por 24 horas; esse fato em conjunto com os altos preços praticados pela ESCOM reforçaram a percepção de que as empresas estatais eram custosas e ineficientes.

As dificuldades internas sul-africanas são somadas a uma nova crise do petróleo em 1979 e ao aumento das taxas de juros dos Estados Unidos.

Assim, os anos 1970 representaram um período de desaceleração econômica para a África do Sul. Os fatores internos, instabilidade política e o desgaste da estratégia de substituição de importações, em conjunto com os fatores externos, criaram um cenário de difícil recuperação econômica.

Anos 1980

Esta década foi um período de desaquecimento econômico para o mundo, especialmente para os países que optaram pelas políticas de substituição de importações.

O crescimento do PIB sul-africano nos anos 1980 e início dos 1990 é negativo em diversos anos (1982, 1983, 1985, 1990, 1991, 1992, 1993), como podemos ver na tabela 3. A parcela das exportações e importações no PIB apresenta uma queda significativa ao longo do período, assim como a parcela da indústria e agricultura em valor adicionado.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

Tabela 2: PIB, porcentagem e US\$ correntes; importações e exportações, porcentagem do PIB e indústria e agricultura, valor adicionado, porcentagem do PIB (1980-1994)

Ano	PIB (anual)	(% PIB)	PIB (US\$ correntes em bilhões)	Importação de bens e serviços (% PIB)	Exportação de bens e serviços (% PIB)	Indústria, valor adicionado (% PIB)	Agricultura, valor adicionado (% PIB)
1980	6,6		80.546	27,3	35,4	48,4	6,2
1981	5,4		86.833	30,4	28,4	45,7	6,5
1982	-0,4		80.083	26,9	26,5	44,2	5,7
1983	-1,8		86.015	21,0	24,7	44,7	4,4
1984	5,1		85.169	23,7	25,5	43,2	4,8
1985	-1,2		67.065	22,6	31,4	43,6	5,2
1986	0,0		79.503	21,8	30,6	43,9	5,0
1987	2,1		104.024	20,3	30,3	41,7	5,6
1988	4,2		114.630	22,6	29,1	41,5	5,8
1989	2,4		124.907	21,4	26,7	40,7	5,4
1990	-0,3		112.014	18,8	24,2	40,1	4,6
1991	-1,0		120.225	17,5	21,8	38,4	4,6
1992	-2,1		130.513	17,3	21,3	36,4	3,8
1993	1,2		132.309	17,3	21,8	35,5	4,2
1994	3,2		139.752	19,3	21,5	35,0	4,6
Média	1,6		102.906	21,9	26,6	41,5	5,7

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

O destaque é para o período de 1985-1987, que apresenta um sutil aumento no peso das exportações em relação ao PIB. Tal resultado é um indício da criação de novas políticas.

Após 1980, o governo sul-africano adota um novo sistema de incentivo às exportações. Em 1983, há também um processo gradual de eliminação das restrições quantitativas, a proporção do valor de restrições quantitativas cai de 77% para 55% em 1984, e de 55% para 23% em 1985; a quantidade de itens contemplada pelas restrições quantitativas sofre uma redução de 72% (BELL, 1992 apud FALLON & SILVA, 1994, p. 80). O desmantelamento das restrições quantitativas continua e, em 1985, a quantidade de itens representa 20%, concentrados no setor têxtil e agricultura (FALLON & SILVA, 1994, p. 81). As restrições quantitativas são substituídas por tarifas.

Estas tiveram um efeito menor do que o imposto implícito das restrições quantitativas anteriores, por isso pode-se interpretar que aqui houve um nível de liberalização na economia sul-africana. Outro fator que mostra o compromisso com a



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

abertura gradual da economia foi a liberação da taxa de câmbio⁶ até 1985.

Assim, o cenário dos anos 1980 se diferencia dos anos 1970. Enquanto nestes primeiros, o propósito era manter as duas estratégias concomitantes (promoção às exportações e política de substituição de importações), nos anos 1980 existe a intenção de desfazer gradualmente o antigo sistema de políticas de substituição de importações.

Em outra frente, algumas empresas estatais e paraestatais que, nos anos 1970, já eram consideradas custosas e ineficientes, são privatizadas. A SASOL é privatizada parcialmente em 1979 e privatizada completamente em 1991; a IDC vende suas ações da SAFMARINE criando a *Safmarine & Rennies Holdings Limited* (SAFREN) em 1984, tendo como principal acionista a *Old Mutual*. A ESCOM (muda o nome para ESKOM) recebe investimentos governamentais para controlar os preços, porém, passa por diversas reformulações administrativas.

Por fim, a medida final sinalizadora da mudança de enfoque sul-africana foi o *General Export Incentive Scheme* (GEIS) em 1990, um programa de incentivos às exportações. No fragmento a seguir fica claro seu objetivo:

O GEIS foi projetado para ajudar as empresas a compensar a desvantagem de preços que os exportadores sul-africanos enfrentam, nos mercados internacionais. De acordo com um estudo, os custos de fabricação sul-africanos são 15 por cento maiores do que a média da OCDE, principalmente porque as empresas manufatureiras sul-africanas pagam 24 por cento mais do que os seus homólogos da OCDE por seus insumos, mas também por seu capital e produtividade, os custos de mão de obra ajustados são mais elevados. (FALLON & SILVA, 1994, p. 85)

Para compensar tais desvantagens, o GEIS divide as exportações em quatro categorias: produtos primários, produtos primários beneficiados (com algum grau de processamento), produtos intensivos em materiais (ex. móveis) e produtos manufaturados. Após isso, usam-se três critérios para aumentar os subsídios: o nível de processamento, o nível de uso de conteúdo local e o valor do *Rand*⁷ em relação à uma cesta de moedas (FALLON & SILVA, 1994).

Assim, na África do Sul configura-se um dos sistemas de tarifas mais complexos do mundo. As tarifas são decididas de forma discricionária em resposta às mudanças na

⁶ Medida durou até 1985, por causa da maior pressão internacional e sanções financeiras.

⁷ Moeda sul-africana.



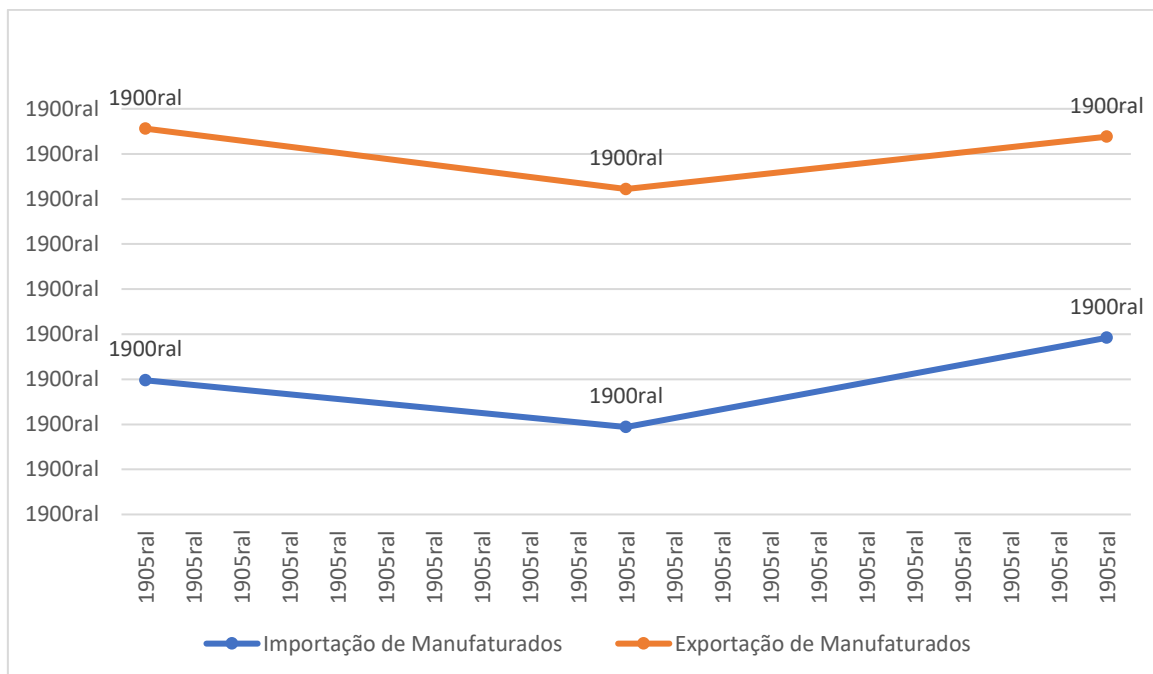
Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

comunidade empresarial. Além das alterações frequentes, existe um grande número de tarifas que eram cobradas de maneira diferente (algumas são *ad valorem*, outras criadas por fórmulas, e algumas combinam *ad valorem* a outros elementos). Já as tarifas de importação são formadas por direitos aduaneiros (*ad valorem*, tarifa específica ou combinação dos dois) e sobretaxas (sobre um conjunto de bens normalmente são *ad valorem*, menos para combustíveis). Com essas características, a África do Sul forma um sistema muito amplo e problemático de tarifas, como expresso a seguir por Fallon e Silva:

O tarifário da África do Sul é especialmente intrincado quando comparado com o de outros países: tem mais tarifas, uma maior variedade de tarifas e um maior coeficiente de variação (proporção do desvio padrão para a média) de tarifas do que a maioria dos países. (FALLON & SILVA, 1994, p. 81)

Podemos ver alguns indícios das consequências do sistema intrincado do GEIS e de outros sistemas de promoção às exportações no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Manufaturados*, porcentagem das exportações e importações de mercadorias, na África do Sul (1974-1994)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

*As manufaturas de produtos químicos, máquinas e equipamentos de transporte, outros produtos manufaturados, excluindo metais não ferrosos.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

De 1974 a 1984, houve uma queda tanto nas importações quanto nas exportações de manufaturados, o que revela que os programas dos anos 1970 de promoção às exportações não tiveram o impacto desejado. Em 1994, há um crescimento das exportações e importações, já sob influência dos programas dos anos 1980 e do GEIS, apesar do aumento das exportações ainda não ter superado o patamar anterior (1974). Por outro lado, ultrapassam o nível anterior, o que mostra as consequências do desmantelamento da política de substituição de importações, pois não há mais uma preocupação tão rígida com a entrada de manufaturados no país.

Não nos aprofundaremos nas consequências de promoção às exportações, o importante aqui é frisar que em 1994 o apartheid acaba oficialmente com a ascensão de Nelson Mandela ao poder. Dentro deste contexto, a política de substituição de importação em seu modelo tradicional é abandonada não só por ser considerada um modelo obsoleto, mas também por ser o norte do sistema econômico concomitante ao apartheid. Neste momento, era esperado que se fosse criado um novo cenário de iniciativas econômicas, deixando para trás o funcionamento econômico que serviu de suporte ao regime.

Na prática, apesar de um tímido avanço na liberalização econômica, a política de substituição de importações foi trocada por um sistema complexo de tarifas que também representam grande intervenção do Estado na economia.

No tópico a seguir, serão discutidas as principais consequências das políticas de substituição de importações e como o apartheid influenciou esses resultados.

3. Resultados da política de substituição de importações da África do Sul

A partir dos anos 1950, são observadas várias medidas de políticas de substituição de importações e de intervenção estatal em prol da industrialização. Apesar de incluírem diferentes estratégias em cada período, tais iniciativas tiveram consequências e resultados tanto no desenvolvimento da industrialização, como nos entraves criados para a economia e, por fim, para a sua dinâmica com o apartheid.

Em relação ao desenvolvimento industrial, pode-se observar que, pela tabela 5, não houve mudanças drásticas nos quatro setores abrangidos. No setor da indústria química, uma das empresas mais expressivas na África do Sul era a SASOL. A sua leve expansão no total de industrializados corresponde ao período após sua privatização



parcial (1979)⁸.

Tabela 3: Setores industriais, % valor agregado de manufaturados (1963-1994)

Ano	Químicos	Alimentos, Bebidas e Tabaco	Maquinário e equipamentos de transportes	Têxteis e roupas	Outros manufaturados
1963	9,3	18	9,9	13,8	49,0
1964	9,2	17,2	10,7	13,3	49,6
1966	8,8	15,6	13,3	13,1	49,2
1968	9,5	15,1	14,1	13,2	48,1
1970	9,9	14,7	13,1	12,9	49,4
1972	9,3	14,7	13,9	12,0	50,1
1973	9,6	14,5	13,8	11,6	50,4
1974	9,3	14,3	14,0	11,2	51,2
1975	9,1	14,3	14,4	10,8	51,3
1976	8,1	14,9	13,3	11,2	52,5
1979	9,3	13,5	13,9	9,1	54,1
1980	9,2	12,3	14,6	8,7	55,2
1981	8,9	12,9	14,8	8,9	54,6
1982	10,2	13,5	15,4	8,3	52,6
1983	11,7	13,5	13,9	7,6	53,3
1984	12,5	13,4	12,8	7,8	53,5
1985	14,2	14,5	11,0	7,2	53,0
1986	12,1	13,8	12,6	7,9	53,6
1987	12,2	14,8	12,9	8,8	51,4
1988	11,1	13,7	15,0	8,0	52,2
1989	10,4	12,9	14,4	8,0	54,2
1990	9,4	14,5	13,5	8,4	54,2
1991	11,4	17,1	15,5	8,0	48,0
1993	9,7	17,6	15,5	8,3	48,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

O setor de alimentos, bebidas e tabaco foi o primeiro a se beneficiar das políticas de substituição de importações, então era esperado que se mantivesse relativamente estável. Os bens de capital (maquinário e equipamentos para transporte) também se mantiveram estáveis, apesar do leve aumento de 1963 em diante, ocasionado pela intensificação dos incentivos à indústria. A indústria têxtil e de roupas teve uma queda ao longo dos anos. Mesmo com a manutenção das quotas voltadas ao setor depois de 1983, o setor teve uma contração na produção industrial do país.

Se a pauta de produção industrial é semelhante durante o período, as políticas que

⁸ Em 1980, inaugura um novo complexo responsável pela amônia enviada à indústria de fertilizantes. Em 1982 um terceiro complexo é inaugurado e, em 1983, com os complexos funcionando bem é formada nova empresa, Sasol Nitro, com o objetivo de comercializar adubos de nitrato de amônia. Ver <http://www.sasol.com/about-sasol/company-profile/historical-milestones>.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

a levaram a isso são bem distintas. Na tabela a seguir, fica claro o impacto da reorientação para fora nos setores e a diferenciação entre os anos 1970 e 80.

Tabela 4: Fontes de crescimento industrial (1972-1983)

Subsetor	Expansão- Output (% dos manufaturados)		Expansão das exportações dos manufaturados)		Substituição de importações (%)		Expansão da demanda doméstica (%)	
	1972-83	1983-90	1972-83	1983-90	1972-83	1983-90	1972-83	1983-90
Alimentos, bebidas e tabaco	56.3	16.4	1.3	2.9	0.4	-0.8	54.6	14.4
Têxtil, vestuário e calçado	44.8	-8.8	5.2	-8,4	3,2	4.5	36.5	-5.0
Madeira e produtos de madeira	49.3	-10.8	4.5	-5,8	6.7	1.7	38.1	-6.6
Papel e produtos de papel	32.5	19.8	1.9	4.0	-1,7	-0.2	32.3	16.0
Químicos	67.9	11.2	2.6	3.7	3.2	-8.7	62.2	16.3
Minerais não metálicos	23.8	-0.8	-0.7	-5.8	0,5	1.7	24.0	3.3
Metais básicos	70.9	20.6	15.5	19.4	21,7	-1.3	33.7	2.5
Produtos de metal e equipament os	40.2	-15.7	-0.2	-2,4	-0,5	6.1	40.8	-19.4
Outros manufatura dos	19.1	83.4	-2.0	30.7	-22.0	2.9	43.1	49.9
Total de manufatura dos	50.1	3.5	2.5	5.3	3.0	-3.3	44.6	1.6

Fonte: Belli et al (1993), p. 26.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

Durante o primeiro período (1972-1983), a produção de manufaturados é de 50.1%, principalmente por causa da expansão da demanda doméstica. Já o segundo período (1983-1990) é impulsionado pela expansão das exportações para 5,3%. A porcentagem de substituição de importações tem uma diminuição de um período para o outro, provavelmente decorrente da liberalização da economia e do encolhimento da demanda doméstica. Note-se que, ao contrário do total de manufaturados, o setor de têxtil, vestuário e calçados mostra expansão da substituição de importações, possivelmente pautado pelos incentivos, dada a mão de obra negra do setor e a situação política do país. Por fim, a contração da demanda doméstica é explicada também pela maior liberalização e contração de incentivos ao mercado doméstico, tornando alguns setores mais competitivos e, assim, perdendo espaço para as exportações.

Ainda nesta tabela, fica clara a política de substituição de importações e o efeito que teve na expansão da demanda doméstica. Também é mostrado o resultado do contraponto entre a mudança de enfoque nas políticas em conjunto com as dificuldades econômicas dos anos 1970 e 1980, afetando a demanda doméstica e as exportações.

Posto isso, nos resta analisar as outras variáveis influenciadas pela política de substituição de importações.

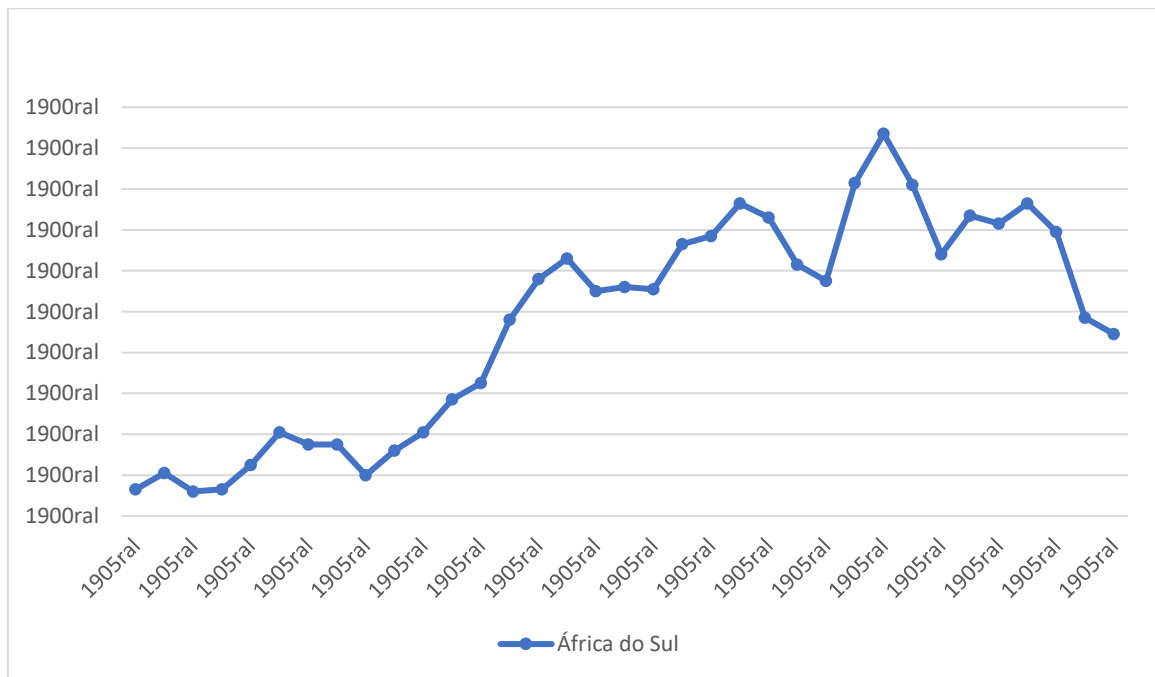
Em relação à inflação e à balança de pagamentos, a experiência de política de substituição de importações da África do Sul não foge ao que ocorreu com os países latino-americanos. Ambos contaram com alta inflação, em especial, nos anos 1980, e com os desequilíbrios da conta corrente da balança de pagamentos provenientes dos avanços na política de substituição de importações para a fase de bens intermediários que exigiam importações mais caras.

Como podemos ver no gráfico abaixo, o início dos anos 1960 apresenta uma inflação ainda baixa, porém no meio da década já começa a aumentar, coincidindo com o período de avanço da política de substituição de importações. Nos anos 1970, há um aumento expressivo da inflação, apresentando seu ponto mais alto nos anos 1980.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

Gráfico 2: Inflação sul-africana, preços ao consumidor, porcentagem anual



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

A inflação é profundamente afetada pelas desvalorizações do *rand*⁹ de 1971 e 1975. No orçamento de 1972, o ministro de finanças anunciou que a África do Sul seguiria uma política fiscal restritiva. No entanto, medidas contrárias aumentaram os gastos públicos resultando em uma nova desvalorização em setembro de 1975 (STRYDOM, 1976).

Em relação aos seus parceiros comerciais, a inflação sul-africana é dividida em três períodos por Strydom (1976). No primeiro período de 1961-1965, a África do Sul teve uma inflação abaixo dos seus parceiros comerciais, 2,2% (Reino Unido, 3,6%; Alemanha, 3,0%; e Japão, 6,2%), com exceção dos Estados Unidos que tiveram uma inflação de 1,4%; no segundo período de 1966-1969 a África do Sul mantém a inflação no patamar dos seus concorrentes em 2,9%, enquanto Reino Unido, Alemanha, Japão e Estados Unidos contavam respectivamente com 4,2%; 3,8%; 4,9%; por último, na terceira fase (1970-1973), a inflação sul-africana passa de uma taxa relativamente baixa para uma taxa relativamente alta alcançando 6,9% e se distancia dos seus parceiros comerciais, com exceção do Japão.

Após o terceiro período, a expansão da inflação sul-africana se afasta cada vez

⁹ Moeda sul-africana.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

mais dos seus parceiros comerciais, inclusive do Japão, presa numa espiral inflacionária, retomando uma redução da inflação mais contínua no início dos anos 1990.

Outra variável afetada pela política de substituição de importações é a conta corrente da balança de pagamentos. A tabela 7 revela a dificuldade em manter o saldo positivo desta conta corrente a partir da metade da década de 1960, apresentando o custo que a política de substituição de importações trazia ao exigir a importação de bens de capital e intermediários cada vez mais caros, em razão de um câmbio apreciado e, assim, pressionando as importações do país, tendo como resultado um déficit na conta corrente durante a maioria dos anos. Note-se também a influência das desvalorizações de 1971 e 1975, seguindo o objetivo do governo de manter uma taxa de câmbio mais realista (SCHEPPERS, 1982). É importante ressaltar que o aumento do montante do saldo negativo da conta corrente em dólares correntes a partir de 1970 nos indica como a economia sul-africana entra num período de maiores desequilíbrios.

Tabela 5: Conta corrente da Balança de pagamentos, 1960-1994

Ano	Conta corrente da Balança de pagamentos (% do PIB)
1960	0,6
1961	3,4
1962	5,1
1963	2,1
1964	-1,6
1965	-4,6
1966	-1,2
1967	-2,7
1968	-0,1
1969	-2,9
1970	-7,0
1971	-7,3
1972	-0,9
1973	-0,9
1974	-3,9
1975	-6,3
1976	-5,3
1977	0,6
1978	2,4
1979	5,1
1980	3,8
1981	-5,6
1982	-4,3
1983	-0,4



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

1984	-2,2
1985	3,3
1986	3,4
1987	4,8
1988	2,1
1989	1,2
1990	1,3
1991	1,1
1992	1,5
1993	2,1
1994	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Esses déficits recorrentes em conta corrente obrigava o governo a usar cada vez mais suas reservas cambiais e tornar-se um país cada vez mais dependente de investimento estrangeiro.

O segundo aspecto diz respeito aos *rent seeking* e *profit seeking*. A partir de 1994, com a democratização da África do Sul, também há uma preocupação maior com as bases nas quais aquela democracia estava sendo formada; por isso, surgiu uma série de documentos com o intuito de denunciar e expor a corrupção no país.

Durante essas investigações, foi constatado que o apartheid foi acompanhado de uma rede de favorecimento à população africâner. Desde a subida do Partido Nacional, por exemplo, houve um esforço pelo “*Native Affairs Department*” para colocar o maior contingente possível de africâneres em cargos administrativos. Tais informações sugerem que as áreas abrangidas, durante os anos 1950 e início dos anos 1960, foram principalmente os correios, a justiça, a defesa e a polícia (LODGE, 1998, p. 164).

Entre os setores estratégicos, como o de fontes de energia, em 1964 foi criado o Fundo Estratégico de Combustível para gerenciar recursos tendo o intuito de compensar as empresas pelo gasto extra do refino do petróleo; em 1984, tal fundo tornou-se alvo de investigações parlamentares, pois suspeitava-se que era apenas utilizado para beneficiar os próprios funcionários e correlatos (LODGE, 1998, p. 166).

Além dos exemplos citados, foram comprovados casos de desvios e/ou superfaturamento em áreas, desde a inteligência militar até setores de alimentação e limpeza. Todo o aparato que viabilizava a política de substituição de importações e as empresas estatais estava envolvido em casos de corrupção. O resultado foi um gasto muito maior nos investimentos e aparato institucional.

No âmbito do investimento do governo, é difícil separar o que existia para a



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

industrialização e a própria manutenção do apartheid. Este exigia um aparelhamento para a aplicação das leis criadas em 1948 e duplicações de funções para manter as separações, por exemplo, na área educacional, na qual existiam 19 departamentos de educação (LOWENBERG, 1997, p. 67). O regime de apartheid em conjunto com a industrialização resultou em gastos exorbitantes para o governo sul-africano.

Sob outra ótica, a África do Sul, em seu processo de industrialização, tornou-se dependente do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Por isso, no final da década de 1970, quando o cenário de instabilidade interna e a pressão internacional, causados pelo apartheid, refletem na diminuição do IDE, tal fator em conjunto com a desaceleração mundial na economia e saturação da política de substituição de importações, dificulta ainda mais a situação econômica do país¹⁰.

A produtividade total dos fatores na África do Sul era baixa até mesmo em comparação aos países que também optaram pela política de substituição de importações; entre 1950 e 1972, aumentou cerca de 0,2 %¹¹. Enquanto isso, a mesma aumentou cerca de 3% em Taiwan e 2% no Brasil, no Chile e no México¹². Caso a produtividade total dos fatores sul-africana tivesse crescido no mesmo patamar que no Brasil, sua economia teria alcançado um tamanho 50% maior (NATRASS & SEEKINGS, 2011).

Outro fator relevante em relação à produtividade foi a escassez de mão de obra qualificada. As políticas do apartheid foram feitas de modo a dividir diversos setores da sociedade entre brancos e negros, que incluíam educação e outros setores que poderiam fornecer qualificação e treinamento de mão de obra. Tais foram configurados para que os negros recebessem uma menor qualificação do que os brancos e, assim, garantir a preferência por brancos para os empregos (LIPTON, 1985 apud LOWENBERG, 1997).

Até o final dos anos 1960, foi possível ultrapassar esse gargalo por meio de treinamentos governamentais para brancos não qualificados e uma progressiva incorporação de trabalhadores não brancos seguindo a barra de cores para trabalhos menos especializados, atendendo a demanda de mão de obra. Porém, a partir dos anos 1970, esses métodos não eram mais suficientes para atender a crescente necessidade de mão de obra especializada, tanto da indústria como do setor de serviços (LUNDAHL,

¹⁰ As entradas líquidas de investimento direto estrangeiro tornam-se negativas a partir de 1977, de 1981-1984 retornam ao valor positivo e, em 1985, voltam a ser negativas. Apesar da exceção positiva em 1988, o investimento direto estrangeiro só volta a se recuperar em 1991 (dados do Banco Mundial).

¹¹ Dados retirados de Natrass & Seekings (2011).

¹² Idem.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

1992; LIPTON 1985 apud LOWENBERG, 1997).

Uma questão contraditória surgiu no caso sul-africano. O mercado interno é importante para a política de substituição de importações; é o primeiro impulsor do desenvolvimento industrial. Apesar disso, a África do Sul contava com dois movimentos por causa do apartheid. O primeiro era o estímulo que a mão de obra negra e barata oferecia às indústrias, diminuindo a estrutura de custos das empresas e até compensando a mão de obra branca mais cara. O desenvolvimento industrial obtido dentro dessas condições conduziu à uma importância cada vez maior do mercado interno, como alvo de oferta para esses produtos industrializados.

O segundo movimento é a restrição de crescimento desse mercado interno, por causa das próprias políticas do apartheid que, relegando os negros aos bantustões e restringindo suas possibilidades de qualificação, não davam chances de acumulação de renda para essa população e, conseqüentemente, com os baixos rendimentos dos negros, culminavam em um mercado interno reduzido. Como as exportações de produtos industrializados não se desenvolveram o suficiente para estimular a produção industrial, o pequeno tamanho do mercado interno sul-africano tornou-se uma trava para o desenvolvimento industrial.

Estes dois movimentos relativos ao mercado interno traduzem bem a contradição do apartheid em relação à política de substituição de importações e o incentivo industrial sul-africano. Desde o pós-guerra, a decisão definitiva de seguir pelo caminho de intervenção estatal em favor da industrialização foi com a subida dos africanos ao poder, quase concomitante às políticas do apartheid. Se por um lado, o apartheid contribuiu para aumentar os lucros industriais, por outro, serviu de trava para o desenvolvimento industrial e do próprio país, potencializando algumas dificuldades vistas em outros países.

Durante o período, em termos gerais, a África do Sul apresentou crescimento na economia. No entanto, outros autores, como Moll (1991), consideram que a África do Sul foi um caso de “fracasso”, pois o país não cresceu segundo seu próprio potencial.

4. Conclusão

Em 1948, a África do Sul tem a subida dos africanos ao poder, a qual representa regime de apartheid e a escolha definitiva pelo incentivo do Estado à industrialização.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

As justificativas principais para a industrialização eram: o desenvolvimento de todos setores da economia e que o crescimento econômico proporcionaria a melhoria de vida para todas as “raças”. Este último era questionável diante do claro favorecimento dos africanos durante o período.

O desenvolvimento industrial foi realizado por meio de amplos incentivos, desde a criação de novas estatais até isenções fiscais e de energia. Dentre as formas de política de substituição de importações, as restrições ocorreram principalmente por meio de “não preços”, via quantidade restritivas. O setor automobilístico recebeu especial atenção com estratégias parecidas com as que eram aplicadas no Brasil. O têxtil foi o principal setor na absorção de mão de obra negra. O setor químico manteve-se forte, principalmente com a SASOL. Entre as estatais, destaca-se a ESKOM, responsável pela produção de energia, em especial o carvão durante a industrialização, que prossegue com suas atividades atualmente no país. Apesar da ampla intervenção, a industrialização sul-africana sobressaiu-se pela existência de seis conglomerados durante o período.

A partir dos anos 1970, a política de substituição de importações sofre diminuição na modalidade de quotas e, também, passa a integrar esforços conjuntos com uma tímida política de promoção às exportações.

Os resultados do período foram o crescimento econômico e aumento do setor industrial. No entanto, conviveu-se com os triviais problemas de uma política de substituição de importações, ou seja, inflação, baixa produtividade, altos gastos públicos e investimentos, potencializados pelos vultosos custos, restrição na qualificação de mão de obra e restrição ao crescimento do mercado interno ocasionados pelo apartheid.

Assim, este regime de segregação racial configurou dois movimentos: se, por um lado, aumentou os lucros das empresas pela mão de obra barata e viabilizou alguns avanços na industrialização, por outro, potencializou os problemas provenientes da política de substituição de importações, por limitar a absorção de industrializados pelo mercado interno decorrente a população negra uma renda muito baixa, aumentar os gastos públicos pela duplicação de departamentos além da fiscalização do cumprimento das regras do apartheid e, por fim, manter a educação negra inferior a branca limitando a oferta de mão de obra qualificada para a indústria de bens intermediários.

O fim do apartheid, oficializado em 1994 pela eleição de Nelson Mandela, é concomitante ao fim das políticas de substituição. Não era compatível com o novo governo manter a estratégia que deu suporte econômico a todo o período do regime. A



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

recente democracia exigia outro conjunto de políticas. O sistema de promoção às exportações que já estava sendo feito (GEIS) é consolidado como novo norte do governo, mesmo que também representasse uma estratégia com grande intervenção estatal.

Conclui-se que a industrialização na África do Sul, diferente da maioria dos países da África Subsaariana, tinha um ambiente propício para se industrializar principalmente fornecido pelas mudanças que a mineração trouxe para o país. O desenvolvimento industrial com intervenção estatal trouxe consigo modernização e tecnologia (energia nuclear, indústria de carros, sistema de transportes mais sofisticadas, energia elétrica), além de crescimento econômico. No entanto, o regime de segregação racial, extremamente atrasado, que ocorreu em conjunto com a industrialização potencializou problemas que também foram enfrentados por outros países que optaram por um prolongado uso de políticas de substituição de importações. Com o fim, tanto do apartheid como o da política de substituição de importações em seu modelo tradicional, a África do Sul tem de lidar o legado positivo e negativo remanescente deste período.

Referências

BARNES, Justin. Changing lanes: The political economy of the South African automotive value chain. *Development Southern Africa*, 17:3, 2000, p. 401-415.

BELLI, Pedro; FINGER, Michael; BALLIVIAN, Amparo. *South Africa - A review of trade policies. Informal discussion papers on aspects of the economy of South Africa*. The World Bank, Washington, D.C., no. 4, 1993. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/683741468777253079/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 11 de ago. de 2017.

FALLON, Peter; PEREIRA DE SILVA, Luiz A.; *South Africa Economic Performance and Policies*. Informal discussion papers on aspects of the economy of South Africa; no. 7. The World Bank, Washington, D.C., 1994.

Lei nº 29, de 9 de abril de 1948. Comércio e Indústria – Comércio Internacional. Disponível em: <<http://www.gov.za/sites/www.gov.za/files/Act%2029%20of%201948.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Lei nº 40, de 8 de junho de 1951. Comércio e Indústria – Comércio Internacional. Disponível em: <<http://www.gov.za/sites/www.gov.za/files/Act%2040%20of%201951.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.



Política De Substituição De Importações: A Experiência Da África Do Sul – Danielle de Almeida Mota Soares e Mário Augusto Bertella

LODGE, T.; Resistance and Reform, 1973–1994. In R. Ross, A. Mager, & B. Nasson (Eds.), *The Cambridge History of South Africa*. Cambridge University Press, 2011, pp. 409-491.

LOWENBERG, Anton D.; Why South Africa's apartheid economy failed. *Contemporary Economic Policy*, Vol. XV, July 1997.

MARAIS, G. *Structural Changes in Manufacturing Industry 1916 to 1975*. SAJE v49(1), p. 16 – 27, 1981.

MOLL, Terence, Did the apartheid economy “fail”, *Journal of Southern African Studies*, 17:2, 1991, p. 271–91.

NATTRASS, N., & SEEKINGS, J.; The Economy and Poverty in the Twentieth Century. In R. Ross, A. Mager, & B. Nasson (Eds.), *The Cambridge History of South Africa*. Cambridge University Press, 2011, pp. 518-572.

NORDAS, Hildegunn Kyvik. *South Africa: A developing country and net outward investor*. Working Paper n°. 20/01. Foundation for research in economics and business administration Bergen, June 2001.

SCHEEPERS, C. F.; *The International Trade Strategy of South Africa*. SAJE v50(1), 1982, p. 8-15.

STRYDOM, P. D. F.; *Inflation in South Africa I: Institutional Aspects*. SAJE v44(2), 1976, p. 72-85.